



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE de HORTOLÂNDIA adverte a todos os licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2022

EDITAL Nº 218/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5878/2022

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, constituída nos termos do Decreto Municipal nº 4955/2022, com suas posteriores alterações, usando das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que, após autorização do Senhor Secretário Municipal de Cultura, fica aberto o **Chamamento Público** instaurado sob **nº 08/2022**, que será regida pela Lei Federal nº 13.019/2014 e subsidiariamente pela legislação pertinente ao objeto licitado.

Período de publicidade do Edital: **17/11/2022 a 16/12/2022**

Data e Horário da Sessão: **19/12/2022 – 09h00min**

Local: **Sala de Licitações da Prefeitura de Hortolândia** situada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia-SP

1 – DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem como seu objeto a realização de **Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura e Organização da Sociedade Civil – OSC, de acordo com a lei 13019/2014, para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural, ofertando cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística, visando à formação cultural, conforme o Memorial Descritivo – ANEXO I.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

1.4. Nos termos do art. 84, caput, da Lei 13.019/2014, não se aplicam a este Chamamento público, as disposições contidas na lei 8.666/93.

2 – DA VIGÊNCIA

2.1. O Termo de Colaboração terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 42, inciso VI, da Lei 13.019/2014 e artigo 20 do Decreto Municipal nº 3.708/2016.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **CHAMAMENTO PÚBLICO**:

3.2. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.3. A OSC selecionada deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a ausência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014).
- b) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014). O tempo de existência deverá ser comprovado no momento da celebração da parceria (Decreto Municipal nº 3.708/2016).
- c) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser descrita no Plano de Trabalho (Art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014)e



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

comprovada no momento da celebração da parceria, na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016.

d) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais para o cumprimento do objeto da parceria (Decreto Municipal nº 3.708/2016);

e) Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016.

f) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (Art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016);

h) Comprovar no momento da celebração da parceria que funciona no endereço declarado pela OSC, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016);

i) Declaração de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019, de 2014;

3.4. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos supra citados, deverão ser apresentados pela OSC, juntamente com o Plano de Trabalho, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da proponente e



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

sinalizado como ENVELOPE 2, pessoalmente, até as 16 horas do último dia na Secretaria Municipal de Administração – Depto. de Suprimentos, localizada no seguinte endereço: Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro – Hortolândia-SP.

3.5. Na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa, deverá atender às exigências previstas na legislação específica (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

3.6. Não é permitida a atuação em rede, nos moldes do Decreto Municipal nº3.708/2016, sendo a OSC celebrante da parceria, a única responsável pela oferta do Serviço.

4 – DA INSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os documentos necessários à participação, que se compõem da **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, serão disponibilizados, e encaminhados em envelopes, lacrados e endereçados ao Departamento de Suprimentos – Comissão de Licitações, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, **até data e horário da sessão designada no preâmbulo deste edital;**

4.2. A documentação deverá ser entregue em envelopes, indevassáveis, lacrados em seu fecho, com identificação clara (digitada, datilografada ou manuscrita de forma legível) do proponente referente à licitação, da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01– PROPOSTA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

NOME DA OSC / CNPJ

ENDEREÇO

E-MAIL

TELEFONE

ENVELOPE Nº 02– DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2022

NOME DA OSC / CNPJ

ENDEREÇO

E-MAIL

TELEFONE

4.3. Caso o envelope seja encaminhado por meio de entrega postal, a Prefeitura de Hortolândia não se responsabilizará por extravio, não recebimento, recebimento fora do prazo estabelecido, ou devassamento do envelope.

4.4. Não será admitida a inserção ou exclusão de documentos complementares após a entrega/protocolo do envelope.

4.5. As empresas interessadas em participar do presente credenciamento deverão obrigatoriamente apresentarno **ENVELOPE Nº01 – PROPOSTA** o Plano de Trabalho que deverá conter no mínimo:

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

com o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma e cronograma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

4.5.1. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 4.5 deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes, ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de no mínimo 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

preços vigente.

4.6. As empresas interessadas em participar do presente credenciamento deverão obrigatoriamente apresentarem o **ENVELOPE Nº02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** os documentos abaixo relacionados, em original ou por cópia autenticada:

a) Cópia do **Estatuto Social** registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, devidamente atualizado, conforme Artigo 33 da Lei 13019/2014

b) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a fim de comprovar que possui no mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo;

c) Atestado de bom desempenho técnico anterior, compatível com o objeto da parceria a ser firmada com esta Administração Pública Municipal, sendo fornecido por instituição de direito público ou privada que comprove, no mínimo, um ano, na realização, com efetividade, de objeto ou natureza compatível, quantitativa e qualitativamente, com o da parceria proposta, podendo se basear em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízos de outros: – **declarações de experiência prévia e de capacidade técnica** no desenvolvimento de atividades ou **projetos compatíveis** ao objeto ou natureza da parceria, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, empresas públicas ou privadas.

l) Os atestados apresentados deverão especificar os tipos de atividades e projetos realizados pela OSC, com indicação do quantitativo atendido e datas de início e término e local da prestação dos serviços ou da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

II) Entende-se por mesma natureza, atestados de atividades e projetos similares ao objeto da parceria pretendida e que demonstrem que a OSC executou objeto compatível correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos beneficiários da parceria pretendida;

III) A comprovação de que se refere o subitem “II” imediatamente anterior poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantas atividades e projetos quanto dispuser a OSC;

IV) Os atestados deverão conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste dos atestados telefone para contato, a OSC deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente dos atestados.

d) Cópia, devidamente registrada no Cartório competente, da **ata de eleição e posse** da atual diretoria;

e) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e Número de Registro no **Cadastro de Pessoas Físicas – CPF** da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada dirigente;

f) **Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado**, por intermédio de contas de consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia e outras espécies.

g) **Certidão Negativa de Tributos Mobiliários** do Município de sua constituição e também no Município de Hortolândia/SP. Caso a organização não esteja cadastrada como contribuinte no Município, deverá apresentar declaração de não-



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Hortolândia;

h) Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

i) Certidão de Débitos não inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

j) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

k) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

l) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

m) Declarações, conforme ANEXO II.

4.6.1. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nas alíneas “g” a “l” acima relacionadas.

5 – DA ANÁLISE TÉCNICA – COMISSÃO ESPECIAL

5.1. A análise e julgamento da documentação apresentada será realizada, nos moldes deste Edital e do Memorial Descritivo – ANEXO I, pela Comissão Permanente De Licitações em conjunto com a Comissão de Seleção nomeada por meio da Portaria 2219/2022.

5.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do Chamamento Público (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

13.019/14).

5.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção.

5.4. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/14).

5.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

5.6. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observados, em qualquer situação, os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

5.7. Fica **vedada** a participação em rede de “OSC executante e não celebrante” que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da comissão de seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

6 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Para a seleção e julgamento das propostas apresentadas, serão aplicáveis os critérios descritos no **item 19** do Memorial Descritivo – **ANEXO I**;

6.2. Serão eliminadas as propostas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento “Valor Global”, “Recursos Humanos”, “Experiência Prévia”, “Justificativa e compreensão do público e do território”, “Procedimentos Metodológicos”, “Indicadores de Resultados”, “Formas de Mensuração dos Indicadores”, “Prazo para Execução”, (Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- c) que estejam em desacordo com o Memorial Descritivo Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do Plano de Trabalho, inclusive à luz do orçamento disponível.

6.3. Os Planos de Trabalho não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela.

6.4. No caso de empate entre dois ou mais Planos de Trabalho, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no Quesito “Detalhamento do Plano de Trabalho”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos Quesitos “Capacidade Técnico Operacional” e “Valor Global”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a OSC com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7 – DO PROCESSO DE SELEÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

7.1. O processo de seleção observará as seguintes etapas:

CRONOGRAMA	
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público
	Data limite para impugnação ao Edital de Chamamento Público
2	Data limite para envio das propostas pelas OSCs
	Sessão pública de abertura das propostas
3	Análise das propostas pela Comissão de Seleção
4	Divulgação do resultado preliminar
5	Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção
7	Homologação e publicação do resultado definitivo do processo de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei Federal nº 13.019/14) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 13.019/14.

7.3. ETAPA 1: Publicação do Edital de Chamamento Público:

7.3.1. O presente Edital será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Hortolândia e na página do sítio eletrônico oficial do Município de Hortolândia na internet (www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações), com prazo mínimo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do edital.

7.4. ETAPA 2: Envio das propostas pelas OSCs:

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, em envelope lacrado, dirigido à Comissão Permanente de Licitações, com identificação da instituição proponente e meios de contato, conforme modelo do item 4.2 (**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA e ENVELOPE Nº02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**).

7.4.2. As propostas deverão ser entregues, pessoalmente ou via postal (sedex ou carta registrada com aviso de recebimento) no Departamento de Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, das 08h00min às 17h00min, no **período de 17 de novembro de 2022 a 16 de dezembro de 2022.**

7.4.3. Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter **todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente** e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

7.4.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados.

7.4.5. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

7.4.6. As propostas deverão ser apresentadas conforme Modelo do **Anexo I** deste Edital, devendo conter no mínimo as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.4.7. Somente serão avaliadas as propostas que observarem o prazo e a forma prevista neste item.

7.4.8. É garantido o sigilo quanto ao conteúdo das propostas até a data de sua abertura em sessão pública a ser realizada no dia **19 de dezembro de 2022 às 9:30 horas**, no Departamento de Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, das 08h00min às 17h00min.

7.4.8.1. Da realização da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes das organizações da sociedade civil presentes e pelos membros da Comissão de Seleção.

7.5. ETAPA 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção:

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento, a salvo de quaisquer interferências político-administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido no subitem 7.1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos no item 19 do Memorial Descritivo – ANEXO I, observado o contido no Modelo do **Anexo I**.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados a seguir:

Quesitos	Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação por item	Pontuação Geral
Valor Global	Adequação do Plano de Trabalho ao valor de referência constante no edital, com menção expressa ao valor global do	Grau Pleno Atende ao objeto da parceria com custo inferior ao valor de referência no edital.	1,0	1,0
		Grau Satisfatório Atende ao objeto da parceria com custo equivalente ao valor de referência do edital	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	Plano de Trabalho	Grau insatisfatório Apresenta o valor global superior ao valor de referência no edital. Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Justificativa e compreensão do público e do território A justificativa tem coerência com o objeto da parceria e apresenta o motivo da oferta do serviço, fundamentada na realidade social do território e do público a ser atendido.	Grau satisfatório A justificativa tem coerência com o objeto da parceria e se fundamenta na realidade do território.	1,0	1,0
		Grau intermediário A justificativa tem coerência com o objeto da parceria, mas se fundamenta parcialmente na realidade do território.	0,5	
		Grau insatisfatório A justificativa não tem coerência com o objeto da parceria e/ou não se fundamenta na realidade	0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

		do território Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.		
Detalhamento do Plano de Trabalho	Procedimentos Metodológicos Metodologia coerente com os itens “Justificativa”, “Objetivo Geral” e “Objetivos Específicos”	Grau Satisfatório A metodologia tem coerência com os critérios de julgamento	1,0	1,0
		Grau Intermediário A metodologia tem coerência parcial com os critérios de julgamento	0,5	
		Grau Insatisfatório A metodologia não tem coerência com os critérios de julgamento Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº	0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

		3.708/2016.		
Detalhamento do Plano de Trabalho	Indicadores de Resultados Indicadores coerentes com os itens: “Objetivo Geral” e “Objetivos Específicos”.	Grau satisfatório Atende ao exigido no edital	1,0	1,0
		Grau Intermediário Os indicadores apresentados possuem coerência parcial com os critérios de julgamento.	0,5	
		Grau insatisfatório Não atende ao exigido no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016	0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Detalhamento do Plano de Trabalho	Formas de mensuração dos indicadores Formas de mensuração tangíveis, definidas de modo que sua medição e interpretação não deixem margem a dúvidas	Grau satisfatório Atende ao exigido no edital	1,0	1,0
		Grau Intermediário As formas de mensurar os indicadores possuem coerência parcial com os critérios de julgamento.	0,5	
		Grau insatisfatório Não atende ao exigido no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Prazos para execução Estabelece prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas, em consonância aos itens “Objetivo Geral” e	Grau satisfatório Estabelece prazos precisos e factíveis, conforme o critério de julgamento	1,0	1,0
		Grau Intermediário Estabelece prazos, mas não detalha de forma precisa e factível.	0,5	
		Grau insatisfatório Não estabelece prazos,	0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	“Objetivos Específicos”	conforme o critério de julgamento Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.		
Detalhamento do Plano de Trabalho	Planejamento, Organização e Avaliação do Trabalho	Grau Satisfatório O Plano de Trabalho prevê ações de planejamento, organização e avaliação do trabalho	1,0	1,0
		Grau Insatisfatório O Plano de Trabalho não prevê ações de planejamento, organização e avaliação do trabalho	0	
Capacidade	Recursos Humanos Recursos	Grau satisfatório Atende à equipe mínima exigida no edital	1,0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Técnico-Operacional	humanos conforme previsto no item “Descrição do Serviço”, deste edital	Grau insatisfatório Não atende à equipe mínima exigida no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implicará na eliminação do Plano de Trabalho, por falta de capacidade técnico operacional, conforme Art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei 13.019, de 2014)	0	1,0
	Experiência Prévia Detalhamento da experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante (atestados, convênios executados com o poder público)	Grau pleno Indicação de 4 anos ou mais de experiência voltada para o objeto da parceria	2,0	2,0
		Grau intermediário Indicação de 2 anos a 3 anos de experiência voltada para o objeto da parceria	1,0	
		Grau satisfatório Indicação de 1 ano de experiência voltada para o objeto da parceria	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

		Grau insatisfatório Indicação inferior a 1 ano de experiência voltada para o objeto da parceria. Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do art. 26, III, Decreto Municipal nº 3.708/2016	0	
		Pontuação Máxima		10

7.5.5. A falsidade de informações nos Planos de Trabalho deverá acarretar sua eliminação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.5.1. A proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao quesito de julgamento - “Capacidade Técnico-operacional”, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á na fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.6. Serão **ELIMINADAS** aquelas propostas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento “Valor Global”, “Recursos Humanos”, “Experiência Prévia”, “Justificativa e compreensão do público e do território”, “Procedimentos Metodológicos”, “Indicadores de Resultados”, “Formas de Mensuração dos Indicadores”, “Prazo para Execução”, (Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- c) que estejam em desacordo com o Memorial Descritivo Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do Plano de Trabalho, inclusive à luz do orçamento disponível.

7.5.7. Os Planos de Trabalho não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela.

7.5.8. No caso de empate entre dois ou mais Planos de Trabalho, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no Quesito “Detalhamento do Plano de Trabalho”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos Quesitos “Capacidade Técnico Operacional” e “Valor Global”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a OSC com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6. ETAPA 4: Divulgação do Resultado Preliminar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

7.6.1. A Administração Pública Municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no Diário Oficial Eletrônico do Município de Hortolândia, iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. ETAPA 5: Interposição de recursos contra o resultado:

7.7.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.2. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Município de Hortolândia, ao colegiado que a proferiu (Comissão de Seleção), sob pena de preclusão.

7.7.3. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.4. Os recursos, dirigidos à Comissão de Seleção, deverão ser apresentados por escrito e conter os argumentos e documentos que embasem o pedido de revisão da decisão proferida, devendo ser protocolados no Departamento de Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, das 08h00min às 17h00min.

7.7.5. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7.8. ETAPA 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção:

7.8.1. A Comissão de Seleção avaliará a existência de recursos interpostos e os



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

analisará no prazo de **5 (cinco) dias**.

7.8.2. Os recursos que não forem reconsiderados pela Comissão de Seleção no prazo de **5 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à Secretária de Administração e Gestão de Pessoal, para decisão final.

7.8.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. ETAPA 7: Homologação e publicação do resultado definitivo do processo de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver):

7.9.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Administração Pública deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Hortolândia e na página do sítio eletrônico oficial do Município de Hortolândia na internet (www.hortolandia.sp.gov.br), as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7.9.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014).

7.9.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas às exigências deste Edital, a Administração Pública poderá dar prosseguimento ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

7.9.4. Quando todas as entidades concorrentes tiverem suas propostas eliminadas ou na hipótese prevista no item anterior, a administração pública **poderá** fixar prazo de 10 (dez) dias para a reapresentação das propostas.

7.9.5. Quando não acudirem interessados ao presente Chamamento Público e este, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo, a Administração Pública poderá negociar diretamente a celebração da parceria com OSC capacitada para a realização de seu objeto, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas neste Edital, inclusive quanto a eventuais exigências mínimas de metas a serem alcançadas.

8 – DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

8.1. O valor total de referência para a execução do objeto será de R\$ 713.200,00 (Setecentos e Treze Mil e Duzentos Reais).

8.2. Do valor total de referência, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) será destinado para a aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços, repassados em parcela única.

8.3. O pagamento a entidade será realizado por medição de horas aula/mês realizadas.

8.4. Para fins de celebração do Termo de Colaboração aqui previsto, será onerada a dotação orçamentária 02.16.02.13.3920228.2133.3.3.50.39.00, Ficha nº 697.

9 – DAS IRREGULARIDADES E PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019 (**ANEXO V**).



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

9.2. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

10 – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A Secretaria Municipal de Cultura, será a responsável pela fiscalização dos atos decorrentes deste Chamamento Público.

11 – DO EDITAL

11.1. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > **(Rolando a página para baixo > Lado Direito da página)** > Licitações ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração.

12 – DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **CHAMAMENTO PÚBLICO**, ou ainda, para impugnar este edital.

12.1.1. A Comissão Permanente de Licitações deverá decidir sobre a impugnação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da impugnação.

12.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, será designada nova data para a realização deste CHAMAMENTO PÚBLICO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

12.2.1. A impugnação feita tempestivamente pelo interessado não o impedirá de participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO até o trânsito em julgado da decisão.

12.3. Dos Atos Administrativos praticados na presente licitação, serão admitidos os recursos disciplinados nos termos do artigo 109, da Lei Federal 8.666/93, observados os procedimentos lá estabelecidos, bem como impugnação do Edital, nos termos do artigo 41 e demais dispositivos da mesma lei.

12.4. Do indeferimento da inscrição caberá recurso ao **Presidente da Comissão de seleção**, a ser apresentado por escrito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua comunicação, protocolado através do email licitacao@hortolandia.sp.gov.br, a/c da Comissão da seleção ou, pessoalmente, na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal - Departamento de Suprimentos, na sede da Prefeitura de Hortolândia, situada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, térreo, Remanso Campineiro, CEP 13184-472, Hortolândia-SP, no horário de 8 h as 17 h.

12.5. A decisão do recurso será proferida no prazo de 5 (cinco) dias e comunicada ao interessado por e-mail.

12.6. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à Comissão Permanente de Licitações, com indicação Do chamamento público a que se refere, devendo ser protocolizada junto ao Departamento de Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, das 08h00min às 17h00min, ou através do endereço eletrônico licitacao@hortolandia.sp.gov.br.

12.6.1. Não serão acolhidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

para responder pelo interessado.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os atos praticados nesta chamada pública, após sua abertura, serão publicados no Diário Oficial do Município.

13.2. As inscrições objeto do presente memorial de chamamento público poderão ser apresentadas a qualquer tempo, até 16 de setembro de 2022 às 09h00.

13.3. As comunicações com o proponente serão realizadas, preferencialmente, através do e-mail informado na ficha de inscrição.

13.4. A apresentação dos documentos de habilitação implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer interessado invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

13.5. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham os interessados direito a qualquer indenização.

13.6. A Comissão Permanente de Licitações não se responsabiliza por eventuais irregularidades praticadas por terceiros.

13.7. A proponente será a única responsável pela veracidade dos documentos encaminhados, isentando a Comissão Permanente de Licitações de qualquer responsabilidade civil ou penal.

13.8. Dúvidas ou solicitações de esclarecimentos complementares deverão ser encaminhados para o e-mail licitacao@hortolandia.sp.gov.br, A/C da Comissão Permanente de Licitações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

13.9. Os casos omissos serão apreciados e decididos pela Comissão de Seleção, na forma da legislação vigente.

14 – DOS ANEXOS

14.1. Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – Memorial Descritivo;

ANEXO II – Modelo de Declarações;

ANEXO III – Minuta do Termo de Colaboração;

ANEXO IV – Termo De Ciência E De Notificação – Termo De Colaboração/Fomento;

ANEXO V – Decreto Nº 4.309/2019.

Hortolândia, 08 de novembro de 2022.

Ieda Manzano de Oliveira
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1.OBJETO

Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura e Organização da Sociedade Civil – OSC, de acordo com a lei 13019/2014, para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural, ofertando **cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística**, visando à formação cultural.

2. OBJETIVO GERAL

2.1. As Oficinas Culturais têm como objetivo prioritário realizar cursos livres continuados e regulares que contemplem a iniciação artística e cultural, proporcionando um ambiente saudável, com orientação especializada, onde os alunos possam escolher atividades que contribuam para o desenvolvimento de suas aptidões, trabalhando a mente, o corpo, a criatividade, a cooperação, o senso crítico, as emoções, os sentimentos, a disciplina e a convivência, ampliando assim também as amizades e a interlocução entre grupos, etnias, diversidade e memória da cidade;

2.2. Os cursos estão estruturados visando atender às necessidades básicas dos munícipes nas linguagens Artes Visuais e Literatura, como oportunidade para aquisição de contato com as mais diversas formas de expressão e comunicação artística;

2.3. Em todas as atividades das Oficinas Culturais, o registro das ações e dos processos de criação que culminaram nas referidas atividades artísticas e formativas somam o conjunto dos objetivos propostos, numa perspectiva em que permita aos alunos participantes a compreensão de que suas ações serão vistas e servirão de incentivo a inúmeros outros em situação semelhante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

3.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.1. Atender, prioritariamente, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; exclusão pela pobreza e/ou do acesso às demais políticas públicas);
- 3.2. Proporcionar a valorização do cidadão, a inclusão cultural, econômica e social, de forma a incentivar a formação de novos talentos profissionais e pessoais;
- 3.3. Fomentar, de acordo com o nível de aprendizado de cada sujeito, o interesse nas artes como forma de desenvolvimento do potencial humano em suas habilidades criativas, cognitivas e intelectuais, de modo a contribuir no pleno exercício da cidadania;
- 3.4. Promover o envolvimento das famílias dos atendidos nas atividades e eventos culturais, de modo a inserir práticas artísticas e culturais cotidianas, planejadas, sistematizadas e desenvolvidas por profissionais especializados, com monitoramento da Secretaria Municipal de Cultura;
- 3.5. Contribuir para redução das situações de risco social, através de práticas artísticas e culturais;
- 3.6. Contribuir, em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura a democratização e a universalização do acesso à produção artística e aos bens culturais no âmbito do município.

4. JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica face a Secretaria Municipal de Cultura proporcionar e estimular formação cultural, mediante oferta que contemple atividades socioculturais.

É fundamental que seja feito uma articulação intersetorial e seja feito os devidos encaminhamentos na Rede de Sistema de Garantia de Direitos, para tanto é primordial que se tenha promoção, organização e coordenação de atividades de



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

natureza artística e cultural, **como cursos, seminários, palestras, oficinas** como estratégias para inserção das famílias em benefícios socioassistenciais, bem como uma possibilidade de emancipação social e possibilidade através de atividades proporcionadas através deste edital.

A matricialidade cultural é fundamental para encaminhamento na rede de educação (escolas municipais, estaduais, centro de formação técnica, saúde (equipamentos preventivos para a depressão, suicídio e outras temáticas), e para a rede de assistência social (Centro de Referência de Assistência Social), como também o serviço de proteção especial CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social e outros).

A atuação da política cultural é fundamental para fortalecer a intersetorialidade, norteado pelo objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais por meio do desenvolvimento de potencialidade, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania e emancipação social.

Este Termo de Referência visa proporcionar a contratação de organização qualificada para realização de **Cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística**, possibilitando alternativas às famílias em situação de vulnerabilidade ou não, bem como, possibilidades de inserção nas unidades de cultura e promoção social.

5. PÚBLICO ALVO

5.1. Crianças e Adultos, a partir de 06 anos de idade.

6. LINHAS DE LINGUAGEM

6.1. O repertório de cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística sugeridos pela Secretaria Municipal de Cultura são:

6.1.1. Música:

a) Teclas (piano, teclado, órgão);



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

b) Violino;

c) Bateria;

d) Xilofone/Metalofone

6.1.2. Artes Visuais:

b) Fotografia Artística

6.1.3. Cultura Digital:

a) Rádio Web

6.1.4. Cultura Popular:

a) Capoeira

6.2. Conteúdo Mínimo:

6.2.1. Teclas:

a) Conceitos Básicos da Música (parte I);

b) Meu Instrumento;

c) Postura do aluno;

d) Notas Musicais no Teclado/Piano;

e) Tocando Minhas Primeiras Melodias I;

f) Formando Meus Primeiros Acordes;

g) Sequências de Acordes (Outras Sequências);

h) Repertório Iniciante do Zero Conceitos Básicos de Teoria (parte II);

i) Minhas Primeiras Notas na Pauta;

j) Leitura Complementar na Pauta;

l) Conceitos Básicos de Teoria.

6.2.2. Violino:

a) Conceitos Básicos da Música (parte I);

b) Meu Instrumento;

c) Postura do aluno;

d) Segurar e dominar o instrumento;

e) Cordas soltas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- f) Iniciação aos primeiros dedos;
- g) Aperfeiçoamentos para mão esquerda;
- h) Iniciação às músicas básicas e formação de acordes e melodia;
- i) Iniciação a Escalas Maiores.

6.2.3. Bateria:

- a) Conhecendo a Bateria;
- b) Os Primeiros Grooves;
- c) As Primeiras Viradas;
- d) Iniciando na Coordenação;
- e) Técnica de Mãos;
- f) Técnica de Pés;
- g) Rudimentos - Toque Simples "Colcheia";
- h) Rudimentos - Toque Simples "Semicolcheia";
- i) Rudimentos - Toque Duplo "Semínima";
- j) Rudimentos - Toque Duplo "Colcheia";
- l) Rudimentos - Paradiddle "Semínima";
- m) Peças da Bateria e Chave Musical;
- n) Altura do Banco e Posicionamento Correto na Bateria;
- o) Como posicionar os Pés no Chimbale e no Pedal do Bumbo;
- p) Tocando o Chimbale em Semínima;
- q) Chimbale em Colcheia;
- r) Tocando Chimbale em Colcheia com Bumbo;
- s) Tocando Chimbale em Colcheia com Caixa.

6.2.4. Xilofone e Metalofone

- a) Conceitos Básicos da Música;
- b) Meu Instrumento;
- c) Postura do aluno;
- d) Notas Musicais no Xilofone;
- e) Tocando Minhas Primeiras Melodias I;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- f) Formando Meus Primeiros Acordes;
- g) Sequências de Acordes (Outras Sequências);
- h) Repertório Iniciante do ZeroConceitos Básicos de Teoria;
- l) Minhas Primeiras Notas;
- j) Leitura Complementar;
- l) Conceitos Básicos de Teoria;
- m) Complemento com instrumentos de percussão e flauta doce.

6.2.5. Fotografia Artística

- a) História da Fotografia;
- b) Fotografia, hibridismos e contaminações e estratégias visuais na fotografia;
- c) Memória, identidade, diário pessoal;
- d) Retrato, autorretrato (identidade, memória);
- e) O artista e o processo de criação
- f) O Corpo como linguagem;
- g) Narrativas fotográficas e estratégias visuais;
- h) Fotografia e performance;
- l) Fotonarrativas: Fotografia e Performance;
- j) O processo artístico em fotografia. Reflexão e orientação a respeito dos trabalhos.

6.2.6. Rádio Web

- a) A web-rádio como negócio e expansão.
- b) A rádio como comunicação e expressão.
- c) Web Rádio na prática.
- d) Rádio On-Line como ferramenta da comunicação corporativa participativa e modelo de negócio
- e) Iniciação do meu podcast.
- f) Rádio e Internet novas perspectivas para um velho meio.

6.2.7. Capoeira

- a) Cultura popular;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- b) Dança e Música;
- c) Principais características;
- d) Roda de capoeira; Cordão;
- e) Batizado; Grupo de capoeira; Instrumentos; Berimbau; Pandeiro; Atabaque; Agogô; Reco-reco; Movimentos; Armada e outras.

6.3. Carga Horária (Horas Aula)

Curso	Atendimento por turma	Periodicidade	Tempo de Duração
Teclas (piano, teclado, órgão)	Aulas individuais, para até 20 alunos	01 vez na semana	1 hora, totalizando até 80 horas aulas/mês
Violino	Aulas individuais, para até 20 alunos	01 vez na semana	1 hora, totalizando até 80 horas aulas/mês
Bateria	Aulas individuais, para até 20 alunos	01 vez na semana	1 hora, totalizando até 80 horas aulas/mês
Xilofone/Metalofone	04 Turmas de até 05 alunos, totalizando 20 alunos	Até 02 vezes na semana	1 hora, totalizando até 32 horas aulas/mês
Fotografia Artística	05 Turmas de até 05 alunos, totalizando 25 alunos	Até 02 vezes na semana	1,5 horas, totalizando 60 horas aulas/mês
Rádio Web	05 Turmas de até 05 alunos, totalizando 25 alunos	Até 02 vezes na semana	1,5 horas, totalizando 60 horas aulas/mês
Capoeira	05 Turmas de até 05 alunos, totalizando 25 alunos	Até 02 vezes na semana	1,5 horas, totalizando 60 horas aulas/mês
TOTAL:			452 horas aulas/mês

6.3.1. As aulas deverão ser divididas entre teóricas e práticas, sendo 20% e 80% respectivamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

7. INFRAESTRUTURA – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

7.1. A OSC será responsável pela disponibilização dos seguintes equipamentos (instrumentos):

01 (um) Teclado Musical, iniciante, 61 teclas, 05 Oitavas;

20 (vinte) Violinos, sendo 10 (dez) violinos v.10, 4/4, 05 (cinco) violinos 3/4, recomendado para crianças de 10 a 11 anos e 05 (cinco) violinos 1/2;

01 (um) Órgão Eletrônico;

01 (um) Metalofone Soprano 11 teclas;

01 (um) Xilofone Soprano 13 teclas;

01 (um) Metalofone Contralto 13 teclas;

01 (um) Xilofone Contralto 13 teclas;

01 (um) Metalofone Baixo 13 teclas;

01 (um) Xilofone Baixo 13 teclas;

01 (um) Bateria Acústica;

01 (um) Berimbau completo.

7.1.2. A manutenção e/ou substituição dos instrumentos será de responsabilidade da OSC.

7.2. A OSC será responsável pelo fornecimento de insumos e materiais pedagógicos (impresso ou digital) para realização dos cursos, como, por exemplo, partituras, conforme solicitações dosicineiros culturais.

7.3. A OSC também será responsável pelas seguintes atividades:

a) Organizar e desenvolver cursos, seminários, palestras, oficinas e mostras de arte, visando à formação cultural;

b) Organizar e desenvolver seminários, referente a formação dos arte-educadores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- c) Organizar e promover palestras com os temas transversais para educadores/pais e alunos, além dos cursos ofertados, visando à formação cultural;
- d) Fornecer material pedagógico (impresso e on-line) para as oficinas em articulação com a Secretaria de Cultura (referente ao desenvolvimento do conteúdo);
- e) Montar uma Central de Atendimento para Formações – para atendimento exclusivo aos aprendizes (Plantão de Dúvidas via Whatsapp);
- f) Encaminhar e acompanhar famílias/indivíduos a rede de políticas públicas quando necessário;
- g) Emissão e fornecimento de Certificados pós conclusão das formações e oficinas;
- h) Articulação e organização de apresentação final (local a ser definido pela Secretaria de Cultura)
- i) Contribuir para a inserção profissional de famílias/usuários;
- j) Articulação com a demanda prioritária na rede de sistema de garantia de Direitos Trabalho.

8. EQUIPE TÉCNICA

8.1. A OSC deverá disponibilizar, minimamente, a seguinte equipe técnica:

01 (um) Coordenador(a)	Ensino Superior Completo e/ou experiência comprovada na área	2. Gestão do Serviço; 3. Elaborar, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, o projeto pedagógico; 4. Selecionar e contratar equipe técnica e supervisionar os trabalhos desenvolvidos.
07 (sete)	Ensino Superior Completo e/ou	• Realizar planejamento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Oficineiros Culturais, sendo 01 por linguagem	Curso Técnico nas áreas culturais descritas ou experiência comprovada através de portfólio de trabalhos/capacitações realizados.	oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento; <ul style="list-style-type: none">• Registrar a frequência diária dos alunos;• Avaliar o desempenho dos alunos.
01 (um) Apoio Administrativo	Ensino Médio Completo	<ul style="list-style-type: none">• Desempenhar atividades de apoio à gestão administrativa;• Apoiar nas áreas de recursos humanos, administração, compras e logística;• Sistematizar, organizar e prestar informações sobre as ações do serviço de acolhimento;• Organizar, catalogar, processar e conservar documentos, cumprindo todo o procedimento administrativo necessário;• Apoiar na organização e no processamento da parceria (prestação de contas).

9. INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

9.1. Indicadores:

- a) Número de alunos matriculados;
- b) Percentual de frequência;
- c) Número de mostras/eventos/encontro.

9.2. Meios de Verificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- a) Relatórios periódicos emitidos pela OSC, contendo quadro comparativo entre previsto e realizado e principais ações;
- b) Listas de Presença;
- c) Relatórios Periódico da Comissão de Avaliação e Monitoramento;
- d) Registros fotográficos ou de vídeos;
- e) Depoimentos dos usuários.

10. OBRIGAÇÕES E DEVERES DA OSC

10.1. Executar o pactuado no Termo de Colaboração, de acordo com o Plano de Trabalho elaborado;

10.2. A OSC deverá aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto; 10.3. Apresentar, juntamente com a prestação de contas, relatório nominal de atividades realizadas e da aplicação do recurso financeiro recebido, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal e relatórios fotográficos;

10.4. Prestar contas, via sistema de gestão do terceiro setor cujo acesso será franqueado pela administração municipal, ao município nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em até 40 dias do repasse dos recursos, apresentando relatórios de execução físico-financeira, sob pena de, eventualmente nos casos sem justificativa aceita, ter suspenso o repasse;

10.5. A prestação de contas final, via sistema de gestão do terceiro setor cujo acesso será franqueado pela administração municipal, deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração celebrado;

10.6. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do Termo de Colaboração, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

10.7. Apresentar, quando solicitado, ao MUNICÍPIO e aos órgãos de controle



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

interno, no término do Termo de Colaboração ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do objeto, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade e produtividade;

10.8. A Organização da Sociedade Civil será responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

10.9. A Organização da Sociedade Civil será responsável exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no quodiz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

10.10. A OSC deverá permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, do controle interno ou do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

10.11. Manter, por parte da equipe técnica da entidade e sob supervisão do coordenador, atualizado, regularizado e organizado os arquivos documentais referentes aos usuários;

10.12. Sempre que a administração municipal propiciar capacitação técnica referente ao objeto deste a Organização da Sociedade Civil deverá participar e encaminhar seus profissionais conforme solicitação;

10.13. O disposto no item anterior não exige a Organização da Sociedade Civil da obrigação e responsabilidade de propiciar a seus colaboradores capacitação para o desenvolvimento do objeto deste chamamento;

10.14. Relatar ao executor do Termo de Colaboração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

11. GESTOR DE PARCERIA

11. A Administração Municipal designará agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

12. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

12.1 O gestor da parceria, com poderes de controle e fiscalização, será designado por ato publicado no Diário Oficial do Município cujas obrigações serão aquelas determinadas pelo artigo 61 da Lei Federal 13.019/2014.

12.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser nomeada por portaria, terá como atribuição a homologação do relatório emitido pelo órgão técnico da administração independente da apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

12.3. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, deverá conter:

- a. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
- e. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

12.4. Os serviços objetos dos termos de colaboração terão sua execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

devidamente monitorada e avaliada pela administração pública tendo dentro de suas atribuições coordenar, articular e avaliar a execução das ações;

12.5. As ações de monitoramento e avaliação da Administração Pública compreendem a verificação:

- a. Do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- b. da permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Edital e seus anexos, durante todo o período de vigência;
- c. das atividades realizadas.

12.6. Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- a. Visitas técnicas in loco;
- b. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;
- c. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários.

12.7. Os indicadores de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- a. análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas no serviço;
- b. visitas técnicas in loco, previamente agendadas, ou não.

13. VIGÊNCIA

13.1. O Termo de Colaboração terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 42, inciso VI, da Lei 13.019/2014 e artigo 20 do Decreto Municipal nº 3.708/2016.

14. VALOR DE REFERÊNCIA

14.1. O valor total de referência para a execução do objeto será de R\$ 713.200,00 (Setecentos e Treze Mil e Duzentos Reais).

14.2. Do valor total de referência, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) será destinado para a aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços, repassados em parcela única.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

14.3. O pagamento a entidade será realizado por medição de horas aula/mês realizadas.

14.4. Para fins de celebração do Termo de Colaboração aqui previsto, será onerada a dotação orçamentária 02.16.02.13.3920228.2133.3.3.50.39.00, Ficha nº 697.

15. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

15.3. A OSC selecionada deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a ausência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014).
- b) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014). O tempo de existência deverá ser comprovado no momento da celebração da parceria (Decreto Municipal nº 3.708/2016).
- c) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser descrita no Plano de Trabalho (Art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014) e comprovada no momento da celebração da parceria, na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016.
- d) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais para o cumprimento do objeto da parceria (Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- e) Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- f) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (Art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- h) Comprovar no momento da celebração da parceria que funciona no endereço declarado pela OSC, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- i) Declaração de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019, de 2014;

15.4. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos supra citados, deverão ser apresentados pela OSC, juntamente com o Plano de Trabalho, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da proponente e sinalizado como ENVELOPE 2, pessoalmente, até as 16 horas do último dia na Secretaria Municipal de Administração – Depto. de Suprimentos, localizada no seguinte endereço: Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro - Hortolândia-SP.

15.5. Na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa, deverá atender às exigências previstas na legislação específica (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

15.6. Não é permitida a atuação em rede, nos moldes do Decreto Municipal nº3.708/2016, sendo a OSC celebrante da parceria, a única responsável pela oferta do Serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

16. IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

16.1. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às OSCs que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e Decreto Municipal nº 3.708/2016);
- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

g) Tenha entre seus dirigentes, pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

17. COMISSÃO DE SELEÇÃO

17.1 A Comissão de Seleção, nomeada através da Portaria nº 2219/2022, é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, previamente à etapa de avaliação dos Planos de Trabalho.

17.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 3.708/2016).

17.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 3.708/2016).

17.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

17.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

18. ENVIO DO PLANO DE TRABALHO PELAS OSCS

18.1. Os Planos de Trabalho serão apresentados pelas OSCs, e entregues pessoalmente, até as 16 horas do último dia na Secretaria Municipal de Administração – Depto. de Suprimentos, localizada no seguinte endereço: Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro - Hortolândia-SP.

18.2. O Plano de Trabalho, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo técnico responsável pela elaboração do Plano de Trabalho e pelo representante legal da OSC proponente e entregue em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da proponente e sinalizado como ENVELOPE 1.

18.3. Após o prazo limite para apresentação dos Planos de Trabalho, nenhum outro será recebido, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

19. DA FASE DE SELEÇÃO

19.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.
2	Envio dos Planos de Trabalho e dos documentos comprobatórios pelas OSCs (Envelopes 1 e 2)



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

3	Etapa competitiva de avaliação dos Planos de Trabalho pela Comissão de Seleção.
4	Divulgação do resultado preliminar.
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

20. ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

20.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará os Planos de Trabalho apresentados pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada plano serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

20.2. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na tabela a seguir:

Quesitos	Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação por item	Pontuação Geral
Valor Global	Valor Global Adequação do Plano de Trabalho ao valor de	Grau Pleno Atende ao objeto da parceria com custo inferior ao valor de referência no edital.	1,0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	referência constante no edital, com menção expressa ao valor global do Plano de Trabalho	Grau Satisfatório Atende ao objeto da parceria com custo equivalente ao valor de referência do edital	0,5	1,0
		Grau insatisfatório Apresenta o valor global superior ao valor de referência no edital. Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Justificativa e compreensão do público e do território A justificativa tem coerência com o objeto da parceria e apresenta o motivo da oferta do serviço, fundamentada na realidade social	Grau satisfatório A justificativa tem coerência com o objeto da parceria e se fundamenta na realidade do território.	1,0	
		Grau intermediário A justificativa tem coerência com o objeto da parceria, mas se fundamenta parcialmente na realidade do território.	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	do território e do público a ser atendido.	Grau insatisfatório A justificativa não tem coerência com o objeto da parceria e/ou não se fundamenta na realidade do território Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	1,0
Detalhamento do Plano de	Procedimentos Metodológicos Metodologia coerente com os itens	Grau Satisfatório A metodologia tem coerência com os critérios de julgamento	1,0	1,0
		Grau Intermediário A metodologia tem coerência parcial com os critérios de julgamento	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Trabalho	“Justificativa”, “Objetivo Geral” e “Objetivos Específicos”	Grau Insatisfatório A metodologia não tem coerência com os critérios de julgamento Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Indicadores de Resultados Indicadores coerentes com os itens: “Objetivo Geral” e “Objetivos Específicos”.	Grau satisfatório Atende ao exigido no edital	1,0	1,0
		Grau Intermediário Os indicadores apresentados possuem coerência parcial com os critérios de julgamento.	0,5	
		Grau insatisfatório Não atende ao exigido no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº	0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

		3.708/2016		
Detalhamento do Plano de Trabalho	Formas de mensuração dos indicadores Formas de mensuração tangíveis, definidas de modo que sua medição e interpretação não deixem margem a dúvidas	Grau satisfatório Atende ao exigido no edital	1,0	1,0
		Grau Intermediário As formas de mensurar os indicadores possuem coerência parcial com os critérios de julgamento.	0,5	
		Grau insatisfatório Não atende ao exigido no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Prazos para execução Estabelece prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas, em consonância aos itens “Objetivo	Grau satisfatório Estabelece prazos precisos e factíveis, conforme o critério de julgamento	1,0	1,0
		Grau Intermediário Estabelece prazos, mas não detalha de forma precisa e factível.	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	Geral” e “Objetivos Específicos”	Grau insatisfatório Não estabelece prazos, conforme o critério de julgamento Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do Art. 16, §2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 3.708/2016.	0	
Detalhamento do Plano de Trabalho	Planejamento, Organização e Avaliação do Trabalho	Grau Satisfatório O Plano de Trabalho prevê ações de planejamento, organização e avaliação do trabalho	1,0	1,0
		Grau Insatisfatório O Plano de Trabalho não prevê ações de planejamento, organização e avaliação do trabalho	0	
Capacidade	Recursos Humanos Recursos	Grau satisfatório Atende à equipe mínima exigida no edital	1,0	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Técnico-Operacional	humanos conforme previsto no item “Descrição do Serviço”, deste edital	Grau insatisfatório Não atende à equipe mínima exigida no edital Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implicará na eliminação do Plano de Trabalho, por falta de capacidade técnico operacional, conforme Art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei 13.019, de 2014)	0	1,0
	Experiência Prévia Detalhamento da experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante (atestados, convênios executados com o poder público)	Grau pleno Indicação de 4 anos ou mais de experiência voltada para o objeto da parceria	2,0	2,0
		Grau intermediário Indicação de 2 anos a 3 anos de experiência voltada para o objeto da parceria	1,0	
		Grau satisfatório Indicação de 1 ano de experiência voltada para o objeto da parceria	0,5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

		Grau insatisfatório Indicação inferior a 1 ano de experiência voltada para o objeto da parceria. Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação do Plano de Trabalho, por força do art. 26, III, Decreto Municipal nº 3.708/2016	0	
		Pontuação Máxima	10	

20.3 A falsidade de informações nos Planos de Trabalho deverá acarretar sua eliminação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

20.4. A proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao quesito de julgamento - “Capacidade Técnico-operacional”, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á na fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

20.5. Serão eliminados aqueles Planos de Trabalho:

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco pontos);
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento “Valor Global”, “Recursos Humanos”, “Experiência Prévia”, “Justificativa e compreensão do público e do



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

território”, “Procedimentos Metodológicos”, “Indicadores de Resultados”, “Formas de Mensuração dos Indicadores”, “Prazo para Execução”, (Decreto Municipal nº 3.708/2016);

c) que estejam em desacordo com o Memorial Descritivo Decreto Municipal nº 3.708/2016);

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada na forma do Decreto Municipal nº 3.708/2016, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do Plano de Trabalho, inclusive à luz do orçamento disponível.

20.6 Os Planos de Trabalho não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela

20.7. No caso de empate entre dois ou mais Planos de Trabalho, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no Quesito “Detalhamento do Plano de Trabalho”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos Quesitos “Capacidade Técnico Operacional” e “Valor Global”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a OSC com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

Régis Athanázio Bueno
Secretário Municipal de Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO A – PLANO DE TRABALHO

Logo da OSC		
Identificação da organização social		
Nome da Organização:		
CNPJ:		
Data de Constituição: _/___/		
Data de inscrição no CNPJ:		
Endereço Completo:		
Telefone:		
Dados Bancários (conta específica para a parceria)		
Banco:		
Agência:		
Conta Corrente:		
Composição da atual diretoria estatutária		
Presidente ou Representante Legal da Entidade:		
Cargo:		
Profissão:		
CPF:	RG:	Órgão expedidor:
Data de nascimento:		
Vigência do mandato da Diretoria atual:		
Relacione os demais Diretores:		
Nome:		
Cargo:		
Profissão:		
CPF	RG:	Órgão expedidor:
Data de nascimento:		



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Área de atividade: Preponderante: () Assistência Social () Saúde () Educação () Cultura () Esporte
Finalidade Estatutária (de acordo com o Estatuto Social):
Histórico da OSC:
Área de atuação/tipo de serviço a ser ofertado) (de acordo com o Estatuto Social):
Capacidade de atendimento da OSC:

Objeto:
Justificativa:
Objetivo Geral (o benefício mais amplo que o serviço pretende alcançar):
Objetivos específicos a serem alcançados (detalhamento do benefício que o serviço pretende alcançar):
Público Alvo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Descrição da realidade (diagnóstico):

Descrição do serviço a ser ofertado (forma clara e sucinta):

Metodologia do serviço: (Descrever detalhadamente as ações que serão desenvolvidas com o público alvo visando alcançar os objetivos do Serviço e os resultados esperados, incluindo conteúdo programático):

Impacto social esperado (descrever qual o impacto social esperado deste serviço, visando as mudanças e influencias na vida do indivíduo e da família e qual o impacto ao território e/ou na sociedade):

Metas (incluir o nome de cada meta, período de realização da mesma, justificativa e resultados esperados) as metas a serem alcançadas:

Materiais de Consumo (itens mais relevantes para a execução dos serviços):

Tipo de Despesa	Descrição dos Itens	Valor mensal (R\$)	Origem dos Recursos
Materiais Didáticos/Pedagógicos			
Materiais de Escritório			
Manutenção dos instrumentos (cordas, baquetas, etc)			

Serviços de Terceiros (itens mais relevantes para a execução dos serviços):



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Tipo de Despesa	Descrição dos Itens	Valor mensal (R\$)	Origem dos Recursos
Serviço de Pessoa Jurídica			
Serviço de Pessoa Física			
Encargos Trabalhistas			

Identificação dos Profissionais responsáveis pelos serviços:

Cargo/Função	Escolaridade/Formação	Carga Horária	Regime Contratação	Remuneração Mensal

Processo de Seleção (descrever com a OSC realiza o processo de seleção dos profissionais):

Cronograma de Execução (o recurso financeiro será realizado em parcelas mensais iguais, através de depósito ou transferência em conta indicada):

Quadro de atividades (que abranja todas as atividades com os usuários, por grupo, por período, por semana ou mês e responsável pela atividade):

Processo de Monitoramento e Avaliação:

Objetivo Específico	Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Objetivo Específico: auxilia na identificação dos pontos estratégicos do projeto, permitindo a especificação de um conjunto de indicadores equilibrado, que trate das questões-chave da ação.

Insumos: são recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades.

Atividades: tarefas e processos desenvolvidos visando o benefício do público-alvo.

Produtos: serviços e bens gerados pela realização das atividades e indica os efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de várias políticas públicas sobre a população.

Resultados: mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários através da participação no programa e reflete os efeitos esperados do programa sobre o público-alvo.

Impactos: contribuições do programa para determinadas mudanças sociais e indica efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de várias políticas públicas sobre a população.

Avaliação:

Objetivo Específico	Indicadores Quantitativos	Indicadores Qualitativos	Meios de Verificação	Periodicidade

Ações Administrativas para a execução do serviço (planejamento, reuniões técnicas/coordenação/equipe, estudos de casos, instrumentais/materiais utilizados, avaliação e monitoramento, resultados esperados):

Recursos para a execução dos serviços (recursos permanentes (equipamentos, mobiliários, eletrônicos, instrumentos) próprios da OSC e/ou adquiridos através da



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

parceria):

Data, Local, Assinatura do Responsável Técnico e do Presidente da OSC



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO C

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a organização da sociedade civil – OSC: _____

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Local, Data e Assinatura do Representante Legal da OSC



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO D

DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA OSC

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos Art. 26, caput, inciso VII, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC

RG/Órgão Expedidor

CPF

Endereço residencial

Telefone e e-mail

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local, Data e Assinatura do Representante Legal da OSC



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO E

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do Decreto Municipal nº 3.708, de 16 de dezembro de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada OSC:

Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às OSCs que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

Não tem entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local, Data e Assinatura do Representante Legal da OSC



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Qtd	Descrição	Valor Médio	Fonte
01	Teclado Musical Inicial (61 teclas)	R\$ 2.235,97	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
20	Violinos 4/4, 3/4 e 1/2	R\$ 842,07	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
01	Órgão Eletrônico	R\$ 5.695,44	https://www.casadaorganista.com.br/ https://www.guimaraescomercial.com.br/teclas/teclas-orgaos?gclid=EAIaIQobChMIslu0_M3u-QIV1E9IAB0jwwAOEAAASAAEgJFb_D_BwE
01	Metalofofone Soprano 11 teclas	R\$ 857,00	https://www.jogmusic-ecommerce.com.br/produto/_/5635/8 https://www.tritons.com.br/metalofone-jog-orff-soprano-11-teclas-p2030.html
01	Metalofofone Contralto 13 teclas	R\$ 1.560,00	https://www.jogmusic-ecommerce.com.br/produto/_metalofone-orff-contralto-13-teclas-p2040/5640/8 https://www.megasom.com.br/produtos/metalofone-orff-p2040-contralto-13-teclas/
01	Metalofofone Baixo 13 teclas	R\$ 2.190,00	https://www.jogmusic-ecommerce.com.br/produto/_metalofone-orff-baixo-13-teclas-p2020/5633/8
01	Xilofone	R\$ 657,80	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	Soprano 13 teclas		
01	Xilofone Completo 13 teclas	R\$ 737,45	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
01	Xilofone Baixo 13 teclas	R\$ 1.142,85	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
01	Bateria Acústica	R\$ 4.052,78	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
01	Berimbau Completo	R\$ 209,35	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f
328	Instrutores (Hora Aula/mês)	R\$ 70,88 R\$ 50,00	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/editais-de-credenciamento-programa-de-iniciacao-artistica-e-programa-vocacional/ https://www.glassdoor.com.br/Vaga/tatu%C3%AD-professor-a-de-m%C3%BAsica-vagas-SRCH_IL.0,5_IC2474035_KO6,27.htm?src=GD_JOB_AD&srs=MEMBER_HOME_RECOMMENDED&jl=1007971230585&ao=1136043&s=320&guid=00000182c7a6da0b9245fa4000586a07&pos=104&t=REC_JOBS&vt=w&uido=60FCEC8FECDD308A1EB9882D2C422582&cs=1_aa14fb3b&cb=1661206977288&jobListingId=1007971230585&jrtk=3-3-1gb3qdmhqkcn9801-1gb3qdmie23j5001-b1778028cb496907-
01	Apoio Administrativo	R\$ 2.500,00	https://www.salario.com.br/profissao/assistente-administrativo-cbo-411010/



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

	strativo		
01	Coordenador Geral	R\$ 7.000,00	https://www.salario.com.br/profissao/coordenador-de-projetos-sociais-cbo-131120/ https://www.glassdoor.com.br/Sal%C3%A1rios/coordenador-de-servi%C3%A7os-sal%C3%A1rio-SRCH_KOO,23.htm?clickSource=searchBtn
	Serviços de Terceiros (palestras, capacitações, organização de eventos, contabilidade)	R\$ 7.800,00 R\$ 11.700,00 R\$ 500,00	Desenvolvimento, criação e distribuição de todos os materiais informativos, materiais gráficos e apostilas didáticas de apoio metodológico: http://www.adegraf.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Tabela-ADEGRAF-2021-2022-WEB-MAR2021-1.pdf Ministração de capacitações e palestras para a equipe de trabalho e alunos: https://blog.juno.com.br/quanto-cobrar-por-uma-palestra#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20mercado,a%20R%24%208.000%2C00 Organização de eventos: https://www.cronoshare.com.br/quanto-custa/catering#:~:text=Um%20servi%C3%A7o%20de%20catering%20pode,o%20valor%20unit%C3%A1rio%20do%20buffet Contabilidade
	Manutenção de Instrumentos Musicais	R\$ 11.393,33	https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÕES

Processo Administrativo 5878/2022

Chamamento Público nº 08/2022

Edital nº 218/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, no uso de suas atribuições legais, para participial do Chamamento Público ___/2022, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de março de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de menor aprendiz;

DECLARAR, que os dirigentes da Organização da Sociedade Civil não são agentes políticos, e que não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do município de Hortolândia/SP, da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade e de não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

DECLARAR, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 13.019/2014 e Diplomas Complementares;

DECLARAR, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação;

DECLARAR, que não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterada pela Lei Federal 13.204/2015;

DECLARAR, sob as penas da Lei, de que dispõe ou que reúne condições de apresentar no momento oportuno, as instalações e condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria com a finalidade de cumprir as metas estabelecidas e/ou de que pretende contratar ou adquirir as estruturas acima referidas com os recursos advindos da parceria; e

DECLARAR, sob as penas da Lei, de que manterá, durante todo o período da parceria, objeto do chamamento ou da sua dispensa ou inexigibilidade, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação e de que manterá íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal

_____, _____ de _____ de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Assinatura do Representante Legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO III

MINUTA

TERMO DE COLABORAÇÃO

CELEBRANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

CONCELEBRANTE:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 5878/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 08/2022

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-32, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Cultura Sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (qualificação profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____, inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob o nº _____, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO**, e, de outro lado, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Avenida / Rua _____, Bairro _____, no Município de _____, Estado de _____, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (C.N.P.J./M.F.) sob o nº _____, com Inscrição Estadual registrada sob nº _____, neste ato representado por seu Diretor Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (qualificação profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

do Ministério da Fazenda – (C.P.F./M.F.) sob nº _____, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, ajustam pelo presente instrumento, com fundamento na Lei Federal 13.019/14, proveniente do Edital nº **218/2022**, Processo Administrativo nº. **5878/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Em razão do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** a Organização da Sociedade Civil executará, durante a vigência da parceria, as ações previstas no Plano de Trabalho, aprovado e classificado pela Comissão de Seleção nos termos do Edital de **Chamamento Público nº 08 para celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura e Organização da Sociedade Civil – OSC, de acordo com a lei 13019/2014, para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural, ofertando cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística, visando à formação cultural, conforme o Memorial Descritivo – ANEXO I.**

1.2. O Plano de Trabalho é parte integrante do presente Termo de Colaboração, assim como o Memorial Descritivo (ANEXO I).

1.2.1. Referido Plano de trabalho deve observar ainda as regras do artigo 22 da Lei 13.019/2014:

a) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexó entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b) descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- c) previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
- d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O Termo de Colaboração terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 42, inciso VI, da Lei 13.019/2014 e artigo 20 do Decreto Municipal nº 3.708/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DE REFERÊNCIA

3.1. O valor total de referência para a execução do objeto será de R\$ 713.200,00 (Setecentos e Treze Mil e Duzentos Reais).

3.2. Do valor total de referência, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) será destinado para a aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços, repassados em parcela única.

3.3. O pagamento a entidade será realizado por medição de horas aula/mês realizadas.

3.4. Para fins de celebração do Termo de Colaboração aqui previsto, será onerada a dotação orçamentária 02.16.02.13.3920228.2133.3.3.50.39.00, Ficha nº 697.

3.5. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento Programa, ficando a Administração obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Não é aplicável o instituto do reajuste de preços dada à natureza jurídica do termo de colaboração.

4.1.1. Se necessário, a **ADMINISTRAÇÃO** poderá providenciar reforço orçamentário, devidamente justificado, com o intuito de atingir as metas inicialmente fixadas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

5.1. Executar o pactuado no Termo de Colaboração, de acordo com o Plano de Trabalho elaborado;

5.2. A OSC deverá aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;

5.3. Apresentar, juntamente com a prestação de contas, relatório nominal de atividades realizadas e da aplicação do recurso financeiro recebido, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal e relatórios fotográficos;

5.4. Prestar contas, via sistema de gestão do terceiro setor cujo acesso será franqueado pela administração municipal, ao município nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em até 40 dias do repasse dos recursos, apresentando relatórios de execução físico-financeira, sob



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

pena de, eventualmente nos casos sem justificativa aceita, ter suspenso o repasse;

5.5. A prestação de contas final, via sistema de gestão do terceiro setor cujo acesso será franqueado pela administração municipal, deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração celebrado;

5.6. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do Termo de Colaboração, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

5.7. Apresentar, quando solicitado, ao MUNICÍPIO e aos órgãos de controle interno, no término do Termo de Colaboração ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do objeto, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade e produtividade;

5.8. A Organização da Sociedade Civil será responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

5.9. A Organização da Sociedade Civil será responsável exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

5.10. A OSC deverá permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, do controle interno ou do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

5.11. Manter, por parte da equipe técnica da entidade e sob supervisão do coordenador, atualizado, regularizado e organizado os arquivos documentais referentes aos usuários;

5.12. Sempre que a administração municipal propiciar capacitação técnica referente ao objeto deste a Organização da Sociedade Civil deverá participar e encaminhar seus profissionais conforme solicitação;

5.13. O disposto no item anterior não exime a Organização da Sociedade Civil da obrigação e responsabilidade de propiciar a seus colaboradores capacitação para o desenvolvimento do objeto deste chamamento;

5.14. Relatar ao executor do Termo de Colaboração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES DO MUNICÍPIO

6.1. Transferir à **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a sua programação orçamentária e financeira e obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;

6.2. Promover o monitoramento e avaliação da execução desta Parceria, por meio do Gestor da Parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, na forma definida na Lei Federal nº 13.019/14 e no Plano de Trabalho aprovado, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

repassados;

6.3. Aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, quando a execução da Parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e disposições da legislação específica;

6.4. Promover as publicações necessárias à transparência e divulgação das ações realizadas no âmbito da Parceria, observados a forma e os prazos previstos na legislação de referência;

6.5. Analisar a prestação de contas apresentada pela **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, adotando as providências necessárias, de acordo com o resultado verificado e previsão da legislação de referência;

6.6. Prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Fomento, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda seja possível a execução do objeto;

6.7. Fornecer a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos, bem como dos recursos de contrapartida por ela oferecidos e aplicados na consecução do objeto desta Parceria;

6.8. Reter a liberação de recursos financeiros nas hipóteses previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/14 e neste instrumento, comunicando o fato à **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** e fixando-lhe prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

6.9. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto desta



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Parceria, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade;

6.10. Comunicar à **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

6.11. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DE PARCELAS

7.1. As parcelas, relativas às fases ou às etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficarão retidas até saneamento quando, durante as ações de monitoramento e avaliação, for constatado:

- a) evidência de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) desvio de finalidade na aplicação de recursos ou inadimplemento da **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- c) omissão da **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, sem justificativa suficiente, quanto à adoção de medidas saneadoras apontadas pela **ADMINISTRAÇÃO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

7.2. Quando verificadas quaisquer das hipóteses que autorizam a retenção das parcelas, a **ADMINISTRAÇÃO** suspenderá imediatamente a liberação das parcelas restantes, notificando a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** para no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

máximo de 15 (quinze) dias sanar as irregularidades, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou para cumprimento da obrigação, sob pena de instauração da Tomada de Contas Especial e medidas cabíveis

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

8.1. A **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** deverá apresentar a Prestação de Contas Anual, por meio do Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, isto é, a cada decurso do prazo de doze meses de duração da parceria, constada da primeira liberação de recursos para sua execução.

8.2. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá ser encaminhado por meio de Ofício e conter o seguinte:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) documentos de comprovação do cumprimento do objeto;
- d) documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando for o caso.

8.2.1. Quando o objeto incluir a aquisição de bens deverá ser demonstrado que estão em efetivo funcionamento em prol do atendimento do objeto estabelecido na Parceria;

8.2.2. Quando o objeto for intangível (quando não há resultado físico aferível, tais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

como realizações de eventos, treinamentos, festas populares ou assemelhados), mencionar e apresentar evidências dos meios empregados para a fiscalização e verificação da sua regular execução, tais como registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos;

8.3. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a **ADMINISTRAÇÃO** notificará a **ORGANIZAÇÃO PARCERIA** para que apresente, no prazo de até 30 (trinta) dias, o Relatório Parcial de Execução Financeira, que deverá ser encaminhado por meio de Ofício e conter:

a) a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive dos rendimentos financeiros;

b) o extrato da conta bancária específica;

c) a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, a qual deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão dos custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e do órgão ou da entidade parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

d) a relação dos bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

e) cópias das notas e dos comprovantes fiscais ou dos recibos, inclusive dos holerites, com data dos documentos, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e a indicação do produto ou do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

f) comprovação da contratação realizada de acordo com o regime jurídico de contratações públicas.

8.4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada e serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.5. A análise da Prestação de Contas Anual pela **ADMINISTRAÇÃO** será formalizada por meio do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, emitido pelo Gestor da Parceria, o qual deverá conter as seguintes informações:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido;

c) valores efetivamente transferidos pela Administração;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas (quando for o caso);

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo

f) a conclusão da análise pela:

I) prestação de contas regular: quando comprovado o alcance das metas no período analisado;

II) prestação de contas irregular: quando não comprovado o alcance das metas no período analisado ou evidenciado ato irregular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

8.6. No caso de prestação de contas irregular, o Gestor da Parceria deverá notificar a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** para, no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período, e a critério da **ADMINISTRAÇÃO**: sanar a irregularidade; cumprir a obrigação ou apresentar justificativa.

8.7. Após manifestação da **ORGANIZAÇÃO**, o Gestor da Parceria atualizará o Relatório Técnico de Monitoramento e, caso persista a irregularidade, concluirá pela:

a) continuidade da parceria, determinando a devolução dos recursos relacionados à irregularidade, inexecução apurada ou prestação de contas não apresentada e, a retenção das parcelas dos recursos;

b) rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos recursos relacionados à irregularidade, inexecução apurada ou prestação de contas não apresentada e, instauração da tomada de contas especial, caso não haja devolução.

8.8. O Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, após concluído pelo Gestor da Parceria, deverá ser submetido à homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

8.9. As seguintes despesas não poderão compor a prestação de contas: empréstimos; aquisição de material permanente; construção; qualquer despesa anterior à celebração do Termo de Colaboração e/ ou alheia à finalidade do objeto da parceria; e todas as demais não previstas no plano de trabalho, **ressalvada a exceção prevista no inciso IV do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

9.1. A **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho aprovado.

9.2. A prestação de contas apresentada pela **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam à **ADMINISTRAÇÃO** concluir que o objeto da parceria foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, sendo considerada a verdade real e os resultados efetivamente alcançados.

9.3. A **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** deverá apresentar a Prestação de Contas Final, por meio do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da execução da parceria.

9.4. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá ser encaminhado por meio de Ofício e conter o seguinte:

- a)** demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c)** documentos de comprovação do cumprimento do objeto;
- d)** documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando for o



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

caso;

e) comprovante da devolução de eventual saldo remanescente;

9.5. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a **ADMINISTRAÇÃO** notificará a **ORGANIZAÇÃO PARCERIA** para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, o Relatório Final de Execução Financeira, que deverá ser encaminhado por meio de Ofício e conter:

a) a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive dos rendimentos financeiros;

b) o extrato da conta bancária específica;

c) a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, a qual deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão dos custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e do órgão ou da entidade parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

d) a relação dos bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver

e) cópias das notas e dos comprovantes fiscais ou dos recibos, inclusive dos holerites, com data dos documentos, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e a indicação do produto ou do serviço;

f) comprovação da contratação realizada de acordo com o regime jurídico de contratações públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

9.6. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada e serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente

9.7. A análise da Prestação de Contas Final pela **ADMINISTRAÇÃO** será formalizada por meio do Parecer Técnico Conclusivo, emitido pelo Gestor da Parceria, que embasará a decisão da autoridade competente e deverá conter as seguintes informações:

a) verificação do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, considerando os Relatórios Parciais/Final de Execução do Objeto, Relatórios de Visitas Técnicas In Loco e Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

b) avaliação dos efeitos da parceria;

c) Conclusão da análise pela:

I) aprovação das contas: quando constatado o cumprimento do objeto e das metas;

II) aprovação das contas com ressalva: quando, apesar do cumprimento do objeto e das metas, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III) rejeição das contas: quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado do objeto, dano ao erário ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

9.8. Após decisão acerca da Prestação de Contas Final, o Gestor da Parceria notificará a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** para, no prazo de 30 dias, sanar a irregularidade/cumprir a obrigação ou apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão final.

9.9. Exaurida a fase recursal, o Gestor da Parceria deverá:

a) no caso de aprovação com ressalva: registrar na plataforma eletrônica (quando houver) as causas da ressalva. Tal ato terá função preventiva e será considerado na eventual aplicação de sanções previstas na legislação;

b) no caso de rejeição: notificar a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** para, no prazo de 30 dias, devolver os recursos relacionados à irregularidade, inexecução apurada ou prestação de contas não apresentada ou solicitar o ressarcimento ao erário por meio de “Ações Compensatórias de Interesse Público”

9.10. O não ressarcimento dos recursos pela **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** ensejará a instauração da Tomada de Contas Especial e o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na plataforma eletrônica (quando houver) e no Sistema de Planejamento e Finanças do Estado.

9.11. Os débitos a serem restituídos pela **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA HIPÓTESE DE RETOMADA

10.1. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a **ADMINISTRAÇÃO**, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

atividades pactuadas:

I – Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a **ADMINISTRAÇÃO** assumir as responsabilidades;

II – Retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da legislação a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceria, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária de participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parcerias e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

III – declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parcerias e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a organização da sociedade civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso II.

11.2. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exige a Organização da Sociedade Civil, contratada de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Hortolândia.

11.3. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

12.1. A **ADMINISTRAÇÃO** promoverá, por intermédio do Gestor da Parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução desta Parceria, com o objetivo de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

12.2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão:

a) Análise de informações acerca do processamento da Parceria, constantes de sistemas eletrônicos e documentos, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da Parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes;

b) Realização de visitas técnicas in loco, a ser comunicada à **ORGANIZAÇÃO** com antecedência de três dias úteis e consubstanciada no Relatório Técnico de Visita in loco;

c) Realização de pesquisa de satisfação, quando for o caso (parcerias com



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

vigência superior a um ano), admitido à **ORGANIZAÇÃO** opinar sobre o conteúdo do questionário a ser aplicado;

d) Utilização de ferramentas tecnológicas de verificação de alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação

12.3. As ações de monitoramento e avaliação além da expertise dos agentes responsáveis por sua realização, deverão contemplar, no intuito de verificar o atendimento dos fins propostos, as seguintes providências:

a) Verificar o percentual físico de realização do objeto e, se este percentual é compatível com o montante financeiro dos recursos repassados, bem como se foram atingidos os fins propostos, conforme Plano de Trabalho aprovado;

b) Quando o objeto incluir a aquisição de bens, verificar se foram instalados e estão em efetivo funcionamento em prol do atendimento do objeto estabelecido;

c) Quando o objeto for intangível (quando não há resultado físico aferível, tais como realizações de eventos, treinamentos, festas populares ou assemelhados), mencionar e apresentar evidências dos meios empregados para a fiscalização e verificação da sua regular execução, tais como registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos;

d) coleta e registro formal de depoimentos de autoridades locais ou de representantes da sociedade civil organizada, devidamente identificados por nome, endereço, RG e CPF, além de outros instrumentos probatórios que considere pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

12.4. O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela **ADMINISTRAÇÃO** não excluem, bem como não reduzem as responsabilidades da **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. Faculta-se aos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de antecedência para publicidade dessa intenção de 60 (sessenta) dias, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, nas hipóteses abaixo relacionadas:

I – utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

II – inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

III – Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

IV – Descumprimento parcial ou total das obrigações ou responsabilidades pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, em razão do objeto da parceria.

14.2. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

14.3. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

14.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais conflitos emergentes deste **TERMO DE COLABORAÇÃO** e não solucionadas pela via administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia.

E por estarem assim justos, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Hortolândia ____ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

ORGANIZAÇÃO PARCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO IV

ANEXO RP-09 – REPASSES AO TERCEIRO SETOR – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: _____

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura e Organização da Sociedade Civil – OSC, de acordo com a lei 13019/2014, para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural, ofertando cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística, visando à formação cultural.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): _____

EXERCÍCIO (1): _____

ADVOGADO(S)/ N° OAB / E-MAIL: (2) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ANEXO IV

DECRETO Nº 4.309, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas decorrentes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo como fundamento o artigo 115 da Lei nº 8.666/93.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º A aplicação das sanções e multas decorrentes das hipóteses indicadas nos artigos 81, "caput", 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, no âmbito do Município de Hortolândia, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo edital do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação.

Art. 3º O atraso injustificado na execução do contrato para a execução de serviço ou obra, ou na entrega de materiais adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, edital ou contrato, conforme o caso, nas seguintes proporções:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso e até o 60º (sexagésimo) dia.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de atraso, devidamente certificado pelo órgão competente da Administração que, nesta oportunidade, já se manifestará sobre eventual prejuízo, o titular da Secretaria gestora do contrato deverá oficiar a contratada, antes da aplicação da multa, para apresentar sua justificativa, nos termos do artigo 7º, inciso I.

§ 2º Em sendo negativa a manifestação sobre eventual prejuízo de que trata o parágrafo 1º deste artigo, tal condição deverá, quando da efetiva entrega do objeto contratado, ser ratificada ou retificada através de nova manifestação do órgão competente.

§ 3ºA justificativa do atraso somente poderá ser apreciada ocorrendo caso fortuito ou força maior a impedir o cumprimento pela contratada no prazo avençado.

§ 4º Não será admitido atraso superior ao previsto no inciso II, ficando caracterizada, após esse prazo, a hipótese do artigo 4º deste Decreto.

Art. 4º Pela inexecução total ou parcial do contrato para a execução de serviço ou obra e entrega de material, fica a contratada sujeita às seguintes penalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

I- advertência;

II- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração;

IV- declaração de inidoneidade.

Art. 5º Os materiais, serviços e obras contratados entregues e não aceitos deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pelo contratado, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

Parágrafo único. Quando a substituição e/ou correção referidas no caput deste artigo for tecnicamente inviável no prazo indicado, tal situação deverá ser devidamente caracterizada e instruída no processo correspondente, assim como submetida à aprovação da Secretaria gestora do contrato com base em parecer técnico emitido pelo dirigente da área gestora do respectivo fornecimento.

Art. 6º O gestor, fiscal ou o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da contratação, caso o titular da Secretaria gestora do contrato não o faça, deverá representar à mesma autoridade competente para aplicação da sanção administrativa, relatando a conduta irregular que teria sido praticada pelo contratado, os motivos que justificariam a incidência da penalidade, a sua duração e o fundamento legal.

§ 1º Quando se tratar de conduta irregular verificada durante o procedimento de licitação, caberá ao presidente da comissão de licitação ou ao pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

responsável pelo certame a representação disposta no caput.

§ 2º A autoridade competente determinará a abertura de processo e designará servidor para presidir a apuração.

Art. 7º Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Decreto, a parte implicada será intimada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, a oferecer defesa prévia, por escrito, perante o titular da Secretaria gestora do contrato, nos prazos abaixo estabelecidos:

I- no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso dos incisos I, II e III do artigo 4º, contados da data da intimação;

II- no prazo de 10 (dez) dias, no caso do inciso IV do artigo 4º, contados da data da intimação.

§ 1º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar a parte implicada, a intimação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, computando-se o prazo estabelecido neste artigo, a partir da última publicação, cujas cópias serão juntadas ao processo.

§ 2º Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido à autoridade competente, titular da Secretaria gestora do contrato, com relatório circunstanciado, para decisão.

Art. 8º Fica delegada ao titular da Secretaria gestora do contrato a competência para processar e deliberar, aplicando, se for o caso, as multas e sanções de que trata este Decreto, nas hipóteses de contratações decorrentes de licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

nas modalidades e tipos previstos no artigo 23 da Lei federal nº 8.666/1993 e na modalidade prevista na Lei nº 10.520/2002, em sua forma presencial ou eletrônica, bem como nos casos de dispensa ou inexigibilidade com base nos artigos 24 e 25 desse mesmo diploma legal, obedecidos os procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º Das multas e sanções aplicadas, caberá recurso ao Prefeito, encaminhado por intermédio do titular da Secretaria gestora do contrato:

I - no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da intimação, na hipótese do inciso IV do artigo 4º deste Decreto, sendo que, em igual prazo, o titular da Secretaria gestora do contrato, poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

II- no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação, nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e incisos I, II, III do artigo 4º deste Decreto, podendo, no mesmo prazo, o titular da Secretaria gestora do contrato reconsiderar de sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

§ 1º Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 6º deste Decreto.

§ 2º Em se tratando de penalidade aplicada em procedimento licitatório na modalidade de Convite, o prazo para a apresentação de recurso será de 2 (dois) dias úteis, de conformidade com o disposto no artigo 109, § 6º da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores.

§ 3º Em quaisquer dos casos aludidos nos incisos I e II deste artigo, a reconsideração do titular da Secretaria gestora do contrato, quando ocorrer, deverá ser necessariamente ratificada pelo Senhor Prefeito.

Art. 10 As multas de que trata este Decreto poderão ser cobradas mediante dedução de eventuais pagamentos devidos à contratada ou, na ausência destes e a critério da Administração, do valor da garantia por ela prestada.

§ 1º O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Decreto é de 15 (quinze) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.

§ 2º Não sendo possível a cobrança de multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

§ 3º As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.

Art. 11 As multas e sanções aplicadas com base neste Decreto são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.

Art. 12 É adotada, no âmbito da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) como índice de atualização por atraso de



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

pagamento nos contratos de aquisição de bens, execução de obras e prestação de serviços, bem como para liquidação administrativa de valores devidos em razão da aplicação das multas de que trata este Decreto.

Art. 13 As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar de todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art.14 As disposições constantes deste Decreto aplicam-se aos procedimentos licitatórios e de inexigibilidade e dispensa em andamento, ressalvados os percentuais de multas anteriormente pactuados nos contratos vigentes.

Art. 15 As multas e sanções referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras penalidades previstas em lei.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 28 de novembro de 2019.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI

Prefeito Municipal

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO

Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia)



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

AVISO

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Hortolândia torna público aos interessados, a **PUBLICAÇÃO** do **edital nº 218/2022** do **Chamamento Público nº 08/2022**, **Processo Administrativo nº 5878/2022** com fundamentos na Lei Federal 13.019/2014, para celebração de **Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura do Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura e Organização da Sociedade Civil – OSC, de acordo com a lei 13019/2014, para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural, ofertando cursos de múltiplas linguagens multicultural e artística, visando à formação cultural**, conforme o Memorial Descritivo – **ANEXO I**

Período de publicidade do Edital: **17/11/2022 a 16/12/2022**

Data e Horário da Sessão: **19/12/2022 – 09h30min**

Local: **Sala de Licitações da Prefeitura de Hortolândia** situada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia-SP

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração.

Hortolândia, 08 de novembro de 2022.

Ieda Manzano de Oliveira

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal